



**ESTADO DE RORAIMA**  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

## CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE DE EX-SERVIDOR NA INATIVIDADE

ITEM	DOCUMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANOTAÇÕES
		ÀS FLS:	
1	Requerimento do interessado ou do seu representante legal (acompanhado de procuração)		
2	Documentos pessoais do (s) requerente (s). No caso de requerimento por representante legal do dependente instituidor, juntar cópia de procuração pública, termo de guarda e reponsabilidade ou outro documento legal, conforme o caso.		
3	Cópia de qualquer documento oficial de identificação do servidor falecido.		IPER, retirar do processo de aposentadoria
4	Certidão de óbito do servidor falecido.		
5	Documento oficial, justificção administrativa ou decisão judicial que comprove a condição de dependente para fins de percepção de pensão por morte.		
6	Comprovação de dependência econômica do beneficiário, se for o caso.		
7	Comprovação da incapacidade física ou mental do beneficiário, acompanhado do termo de tutela ou curatela, se for o caso.		
8	Informações da residência atual, devendo informar ao IPER qualquer atualização do (s) dependente (s).		
9	Declaração de cessação de vencimentos expedida pelo órgão de Recursos humanos do servidor falecido.		
10	Informar dados bancários onde deseja receber os proventos o (s) dependente (s).		
11	Ficha funcional do ex-servidor.		IPER, retirar do processo de aposentadoria
12	Informações sobre a investidura do ex-servidor no cargo em que se deu a aposentadoria: ato de nomeação, termo de posse ou termo de exercício.		IPER, retirar do processo de





**ESTADO DE RORAIMA**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA**  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

			aposentadoria
13	Ficha financeira do ex-servidor.		IPER, retirar do processo de aposentadoria
14	Demonstrativo dos cálculos dos proventos, inclusive apuração de média quando for o caso, discriminando o vencimento do cargo efetivo e as demais vantagens, com fundamento legal para a incorporação informando o total mensal e especificando se os proventos são integrais ou proporcionais.		
15	Despacho de conformidade (compliance), Consultoria Jurídica.		
16	Manifestação do órgão de Controle Interno analisando a legalidade da concessão.		
17	Ato de concessão, devidamente publicado.		

**Obs.: Colocar NA (não aplicável) na coluna LOCALIZAÇÃO, quando for o caso.**

